

---

## **HISTÓRIA E A TEMÁTICA INDÍGENA NA SALA DE AULA: (RE)CONHECENDO A DIVERSIDADE CULTURAL**

Everton Demetrio  
(PPGH/UFCG)  
[evertondemetriopb@yahoo.com.br](mailto:evertondemetriopb@yahoo.com.br)

### **INTRODUÇÃO**

Nossa atividade de estágio buscou inserir-se no contexto de debate mais recente sobre o ensino de História e da Historiografia, tomando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como uma das referências. Partindo do pressuposto de que o conhecimento não se adquire mediante a mera exposição de conteúdos, lições e exercícios de fixação, pois conhecer implica um movimento recíproco entre sujeito e objeto de estudo. É fundamental que, no desenvolvimento da aprendizagem, o aluno se conscientize de seu próprio processo de aquisição de conhecimento, isto é, aprenda o caminho que terá de percorrer para chegar à compreensão do que está sendo estudado.

Os PCNs de História destacam que o objetivo dessa disciplina é contribuir para a formação da identidade social do estudante, enfatizando a importância da percepção do outro e das noções de semelhança-diferença e mudança-permanência. Para garantir esse intento, propomos que o estudo de História se concentre em torno de três conceitos básicos – levados sempre em consideração quando do planejamento das atividades do estágio: fato histórico, sujeito histórico e tempo. Evidenciando-se ainda a importância da construção, por parte do aluno, de conteúdos procedimentais, tais como, usar medidas de tempo, localizar acontecimentos, identificar ritmos, estabelecer relações, construir sínteses e generalizações, e de conteúdos atitudinais, como postura ativa diante do conhecimento, valorização da diversidade cultural, ação reflexiva, valorização e preservação do patrimônio sociocultural.

Respeitando o exposto, optamos por conduzir a prática de ensino de História por meio da construção de conceitos e procedimentos, garantindo a possibilidade de abordar e comparar de diversos ângulos, diferentes sociedades, promovendo uma aprendizagem significativa e voltada para a formação de uma postura de cidadania ativa.

Portanto, traçamos como objetivos de trabalho ao longo das atividades de estágio: Contribuir para a formação de cidadãos críticos que respeitem a diversidade de

culturas e modos de vida, procurando desenvolver uma aprendizagem significativa, em oposição a uma aprendizagem mecânica centrada na memorização de datas e nomes; estabelecer um diálogo entre os conhecimentos que os alunos adquirem de modo informal e os saberes escolares, contribuindo para desenvolver conceitos que lhes permitam ler e analisar o mundo e seu tempo, adquirindo autonomia e sendo incentivados a buscar novas fontes de informação e conhecimento.

## 1. DA TEMÁTICA INDÍGENA E OS CAMINHOS TOMADOS

Ao refletirmos sobre povos indígenas uma das principais imagens que frequentemente elaboramos estão relacionadas a homens e mulheres nus/nuas, que pintam seus corpos com tintas extraídas da natureza, que adornam seus corpos com penas coloridíssimas, paus e pedras que introduzem em seus lábios e orelhas. Esta imagem se faz tão presente em nosso imaginário, não só porque utilizamos com frequência referenciais elaborados nos séculos XV e XVI pelos primeiros viajantes, mas também porque esta imagem adquiriu legitimidade circulando em vários outros textos, constituindo a representação de uma identidade cultural monolítica.

*Somos o povo índio. Somos uma personalidade com consciência de raça, herdeiros e executores dos valores culturais dos nossos milenares povos da América, independentemente de nossa cidadania em cada Estado. (...) Sustentamos que deve ensinar-se a história começando pela autêntica história das culturas nativas, para contribuir, assim, para a criação da consciência americana. O respeito, surgido do conhecimento maior entre os homens que habitam essas terras... (PARLAMENTO Índio de San Bernardino, 1974).*

Essa é uma das conclusões do primeiro encontro de indígenas da América do Sul, realizado em San Bernardino, Paraguai, em outubro de 1974, que reuniu representantes do Brasil, da Argentina, da Colômbia, do Equador, do Canadá, dos EUA, do Paraguai e da Venezuela.

Ela revela a tomada de consciência por parte das nações indígenas de toda exploração e dominação, além do extermínio, que o europeu praticou ao conquistar o continente americano.

O depoimento refere-se aos **índios**, no **plural**, destacando a existência de nações, povos, culturas e etnias em clara oposição, por exemplo, à ideia difundida entre nós da existência de um **único povo índio**, o **índio genérico**.

O **índio brasileiro**, como tal, não existe. Há mais de 100 línguas indígenas praticadas no país, e mais de 170 etnias diferentes, ocupando áreas que ultrapassam 900 mil km<sup>2</sup>. Cada uma delas tem seu próprio estilo de vida, sua cultura, sua visão de mundo, seus mitos e rituais, sua maneira de relacionar-se com a natureza e com seus membros. Há povos caçadores e coletares; agricultores e pescadores. Há sociedades organizadas em aldeias numerosas, e há povos que vivem em comunidades pequenas. Há os sedentários e os seminômades. Há, assim, diferenças acentuadas entre eles. Quem são afinal esses índios?

São os próprios índios que devem identificar os seus iguais, isto é, os pertencentes às comunidades indígenas. Recentemente, surgiu, entre representantes de povos indígenas distintos, a consciência de uma identidade comum, supra tribal, enquanto minorias étnicas incorporadas à sociedade brasileira. O que faz com que as comunidades indígenas consideram-se distintas da sociedade nacional é a consciência de sua continuidade histórica com sociedades pré-colombianas. Portanto, o grau de integração de uma comunidade indígena à comunhão nacional (Brasil) não deve ser tomado como referência para a determinação de quem deve ser considerado índio ou não índio. Por outro lado, a identidade comum dos povos indígenas não anula as diferenças mútuas e nem os laços particulares.

Onde se situam as diferenças entre e nas comunidades indígenas? Como elas se caracterizam? Diferentes culturas e modos de vida sobrevivem lado a lado no território brasileiro. Quais reações têm provocado o encontro dessas culturas? Como cada um de nós interpreta o outro?

Enfim, estas e outras questões tornaram-se o *motivo de ser* dos debates em sala de aula durante o desenrolar do estágio supervisionado, orientando nossas discussões, indagações e possibilidades de respostas. De todo modo, não nos propúnhamos responder ou esgotar todas estas questões, mas antes, deixá-las no ar para estimular nosso raciocínio à respeito dos tão falados direitos humanos.

Como pode ser observado nos planos de aula, não fizemos uso de livro didático para orientar nossas ações, nem obras e/ou textos de comentadores sobre a situação indígena, exceto um texto específico do historiador Adone Agnolin sobre a prática

antropofágica entre os índios tupinambás. Utilizamos para efeito de termos referências para iniciar os debates sobre a diversidade dos povos indígenas brasileiros, dois materiais que foram de fundamental importância: a Documentação indigenista e ambiental de 1998 e o quadro geral dos povos indígenas do Brasil produzido pelo Instituto Socioambiental. Nesses documentos encontramos informações específicas e detalhadas sobre os povos indígenas do Brasil, seus modos e costumes (organização social do trabalho, organização das aldeias, traços culturais – alimentação, vestuário, rituais, etc...), localização geográfica, conflitos territoriais, demarcação de terras, inclusive referências às políticas direcionadas a estes povos pela FUNAI. O conhecimento em relação à realidade política e legal desses povos foi possível graças à Documentação indigenista e ambiental de 1998, onde pudemos perceber até que ponto os direitos dos povos indígenas são aplicáveis e/ou respeitados, como também, suas relações com a natureza – incluindo aí políticas de preservação ambiental e proteção as áreas demarcadas como reservas indígenas.

Fizemos também uso de materiais audiovisuais – músicas, infográfico e imagens – que proporcionaram significativa ampliação do grau de compreensão alcançado no desenvolvimento dos conteúdos, bem como na manutenção das discussões.

Além dos documentos já mencionados, trabalhamos durante a primeira parte do estágio com a música *Chegança*, escrita pelos compositores e estudiosos da cultura popular Antônio Nóbrega e Wilson Freire, que procuram reproduzir na letra da música a impressão dos habitantes do território brasileiro na chegada dos portugueses. Pudemos realizar o estudo da problemática do desencontro cultural entre nativos (do território que se denominaria Brasil) e europeus no século XVI, bem como das etnias indígenas explorando o conceito de diversidade cultural. A partir da canção, pudemos empreender a percepção de que não se podem considerar os indígenas um único e mesmo povo, mas diferentes culturas que, no encontro com os colonizadores europeus, receberam o tratamento genérico de “índios”.

Desta forma abrimos espaço para discutir as diferentes formas pelas quais os indígenas foram representados ao longo da história, em relatos de viajantes estrangeiros, em músicas, no cinema, revistas, etc. ora sendo qualificados como selvagens (destacando-se o trabalho “civilizatório” dos jesuítas), ora comparados aos homens das cavernas, considerados seres primitivos. Não foram reconhecidos como representantes de outro tipo de organização social.

Uma das muitas imagens criadas a respeito do indígena corresponde aquilo que escolhemos para tratar da diversidade cultural entre povos – não só indígenas –, considerando o impacto que este assunto poderia causar no público alvo do estágio. Referimo-nos aos relatos dos viajantes sobre as práticas indígenas do canibalismo presente em algumas etnias. Consideramos como exemplo o caso dos tupinambás, que realizam o canibalismo enquanto prática ritual associada à guerra. Esqueçamos a ideia de canibalismo agora, pois remete a um estado de selvageria associado comumente a sociedades ditas primitivas. A ingestão de carne humana é considerada o ato mais profano e o comportamento mais antissocial que se possa imaginar. Vistos como bárbaros e selvagens pela cultura europeia, indivíduos que comem seus semelhantes são classificados como pertencentes a um estágio de pré-civilização. Trabalhamos, então, com o conceito de *antropofagia<sup>i</sup> ritual*, tendo como base o trabalho do já referido historiador Adone Agnolin, na medida em que o conceito indica a possibilidade de pensarmos as diferenças culturais entre os povos.

A alimentação do homem é um *dado cultural* que tem uma importância pelo menos igual àquele pura e simplesmente alimentar. Reservando uma atenção particular à relação entre dado cultural e dado alimentar/ “natural”, levando em consideração o fato de que estamos falando de um alimento muito particular: trata-se do homem que se torna, dentro de uma estrutura altamente ritualizada, alimento para outro homem, o qual, por sua vez, vive na perspectiva, altamente significativa para sua cultura, de se tornar, um dia, ele mesmo alimento para os outros (Cf AGNOLIN, 2002).

O principal objetivo das expedições guerreiras, de pequeno ou de grande porte, era fazer cativos para serem comidos em praça pública. Os prisioneiros seguiam com seus algozes, para serem mortos durante o ritual antropofágico e para que as mulheres também pudessem vê-los. A vingança, assim, era socializada: era necessário que todos se vingassem. Segundo essa perspectiva, a prática alimentar não é condicionada pelo seu valor nutritivo.

Não é prazer propriamente que as leva [as mulheres] a comer tais petiscos, nem o apetite sensual, pois de muitos ouvi dizer que não raro a vomitam depois de comer, por não ser o seu estômago capaz de digerir a carne humana; fazem-no só para vingar a morte de seus antepassados e saciar o ódio invencível e diabólico que votam a seus inimigos. (Abbeville, 1975: 233) Eles fazem assim não para satisfazer a própria fome, mas por hostilidade, por grande ódio... (Staden, 1974: II, cap. XXV).

Os índios respondiam, portanto, estar agindo dessa forma somente para vingar a morte dos próprios parentes e destacavam que a vingança de sangue era só e único motivo das próprias expedições guerreiras. Na leitura da prática antropofágica proposta nesta época, parece destacar-se, de fato, uma apropriação, tanto fisiológica quanto cultural, sem que isto represente uma contradição. Fica claro que esta apropriação cultural é diferentemente representada dependendo se trate de endocanibalismo (antropofagia praticada com membros do próprio grupo) ou de exocanibalismo (antropofagia praticada com membros de outros grupos, associada a práticas guerreiras, como no caso tupinambá). Resta, contudo, o fato de que o homem se representa digerindo culturalmente a morte do outro, subtraindo-o, desta forma, ao desaparecimento, numa ameaçadora e anônima (para a cultura) dimensão natural (AGNOLIN, 2002:134).

O homem pode, e deve, subtrair seu semelhante a essa outra dimensão natural, a tal ponto ameaçadora da cultura (da memória), que quase pode constituir-se como uma *outra* cultura no seu “ser uma *contra* cultura”. Parece-nos, portanto, que o depoimento levado em consideração evidencia quase uma disputa, uma contenda da morte entre a natureza – anônima, sem memória, uma “antropófaga” que tudo engole, sem nada preservar – e a cultura – identitária, que constrói a memória e faz do sacrifício antropofágico uma forma de preservação do outro.

A relação entre valor nutritivo e valores simbólicos é, portanto, um mecanismo complexo que responde à complexidade das hierarquias sociais e a reforça. Quanto mais o rito alimentar assume esta configuração complexa, tanto mais se carrega de valores simbólicos dificilmente subordináveis ao valor nutritivo. O próprio “choque cultural” do explorador, do missionário ou do colonizador, enfim do “estrangeiro”, em face de uma desconhecida (no sentido de não reconhecida) etiqueta, transforma a diferente prática alimentar em um signo de “barbarização”, de ausência de civilização ou, pior ainda, faz dela o signo privilegiado da ausência de humanidade.

## 2. DA EXPERIÊNCIA EM CURSO

O estágio foi realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisca Martiniano da Rocha, localizada na cidade de Lagoa Seca-PB; o mesmo foi

desenvolvido em turma regular de 2º ano do ensino médio no turno da manhã sob a supervisão da docente Elizângela Jerônimo dos Santos.

As aulas referentes ao estágio foram divididas em duas partes de três (ou duas semanas), sendo que na primeira semana o tema versava sobre as populações indígenas da América, identificando as diferentes realidades dos grupos indígenas de nosso território; bem como analisar a diversidade cultural indígena inerente a constituição do continente americano, levando em consideração as reações produzidas a partir do encontro dessas culturas.

Num segundo momento (segunda semana) trabalhamos um caso específico dentro da grande diversidade cultural de nosso continente: a antropofagia ritual entre os Tupinambás, discutindo qual a função na produção de uma identidade cultural própria à comunidade indígena.

Todas as atividades planejadas para o momento da aula puderam ser executadas adequadamente, quero dizer, tiveram desenvolvimento satisfatório. Na 1ª semana utilizamos música, imagens e depoimentos de líderes indígenas para identificarmos as diferentes realidades dos grupos indígenas de nosso território, tentando demonstrar a situação desses povos “ontem e hoje” no que diz respeito a aspectos tais como: modos de vida, legislação, diversidade cultural e relacionamento com a sociedade dita branca (ou homem branco). Tentamos com isso, desmistificar a ideia de que o povo índio representa um padrão sem alterações, como também produzir conceitos a partir das experiências e debates em sala de aula sobre o que significa “ser índio”. Esses debates foram amparados pela audição da música “*Chegança*” dos compositores pernambucanos *Antônio Nóbrega e Wilson Freire*, e pela leitura de depoimentos de líderes indígenas e da Declaração Universal dos Direitos dos Povos; ouvimos a música e lemos os documentos tentando em meio ao debate estabelecer relações entre as falas dos líderes indígenas e as informações da música, buscando compreensão mais apurada das ideias de **povo nativo e índio**.

Sistematizando os procedimentos, 1º momento: exposição de transparências com imagens referentes à grande diversidade cultural indígena no continente americano, onde em seguida os alunos exporiam suas observações; 2º momento: audição da música “*Chegança*” (*Antônio Nóbrega e Wilson Freire*) seguida de debate; 3º momento: elaboração de conceitos sobre o que é “*ser índio*” a partir da leitura e discussão de depoimentos de líderes indígenas e da Declaração Universal dos Direitos dos Povos.

Apesar de todos os procedimentos destacados terem sido realizados sem prejuízos, a participação dos alunos nas discussões/debates em sala pode ser considerado um aspecto negativo desse primeiro encontro, na medida em que somente uma parte da turma se dispôs a externar suas opiniões, o que certamente causou dificuldades no momento de avaliar o nível de compreensão dos assuntos abordados. De toda forma, parecia estar havendo atenção e observação daquilo que ocorria em sala de aula; este aspecto se refletiu no momento de elaboração dos conceitos ao fim dos debates. De maneira geral, as produções escritas apresentaram bom nível de compreensão e coerência, embora, as manifestações orais tenham ocorrido em número reduzido.

Portanto, consideramos que a elaboração dos procedimentos foi bem feita, mas a execução dos mesmos deixou algo a pensar sobre o que modificar para alcançar maior participação num segundo momento do estágio, sendo exatamente o que aconteceu. A não participação da totalidade da turma nos debates indica ou supõe que algo faltou ser feito no desenvolvimento das atividades.

Na 2ª semana também utilizamos música, só que desta vez ao fim das atividades, para o simples deleite e apreciação da música indígena. Como já mencionado, desta feita, o tema era a antropofagia ritual entre os Tupinambás, empreendendo uma discussão sobre a construção da identidade cultural daquele povo através do ritual antropofágico. A imagem dos povos ditos primitivos têm sido segregada e hostilizada ao longo dos séculos, sobre tudo quando o tema é antropofagia – que muitos associam comumente a canibalismo –, por isso nossa intenção neste segundo encontro foi buscar esclarecer e causar uma reflexão sobre esse ritual mitológico.

No ritual antropofágico se destaca o fato de um homem comer outro homem, o que, porém é cercado de significados de modo que os Tupinambás buscam sempre ter uma morte honrosa (ser degustado pelos inimigos), pois o mesmo significa que suas qualidades guerreiras são apreciadas e reconhecidas pelos inimigos, de modo que o mesmo acaba por se perpetuar a partir do momento em que seu inimigo acredita assimilar suas qualidades e equilibrar com a vingança a guerra, em um momento onde o nativo desperta um sobrenatural, acreditando despertar a sua parte animal na relação predador/presa, demonstrando a intenção de capturar o senso intelectual (alma) de seu oponente.

A princípio fizemos a exposição de transparências com imagens referentes ao ritual antropofágico dos Tupinambás, seguido de discussão a respeito dos significados dessa prática ritual, onde verificamos um grau maior de participação dos alunos nas discussões, revelando não sei o que exatamente, se maior interesse na temática ou desinibição por ser já o segundo encontro; fato é que o nível manifestações orais inverteu-se em relação ao primeiro encontro, ao passo que na sua maioria houve participação da turma. Isso pode ser percebido pela constatação da longa duração dos questionamentos sobre o tema durante a aula.

Na sequência da exposição das transparências sobre o ritual procedemos à apresentação e análise de infográfico – retirado da *Revista Aventuras na História*, n. 18, Fevereiro/2005 (vai em anexo) – sobre as etapas características de um ritual antropofágico; mantemos as discussões sobre o valor simbólico e mitológico dessa prática, encontrado considerável retorno por parte dos alunos. A tônica nesse momento da aula foi a curiosidade pela existência de práticas antropofágicas no Brasil, bem como o horror e a dificuldade de alguns em aceitar que aquela prática fazia parte de um processo de afirmação (construção/elaboração) de sua identidade. Talvez por possuírem um sistema de crenças fechado em demasia a experiências diversas de seus tradicionais rituais cristãos. Não podemos considerar essa situação como um ponto negativo, mas antes, um impasse gerado pelo encontro de sistemas de crenças distintos, tanto mais pela dificuldade de aceitarmos a alteridade.

Aquilo que se esperava neste momento ocorreu também de forma satisfatória; os alunos participaram das atividades propostas, manifestando sua opinião de maneira adequada, sem desrespeito por crenças alheias. O que eventualmente foi falho na primeira etapa (a limitada participação) alcançou níveis esperados na segunda etapa do estágio. Em uma análise geral, os alunos conseguiram ler e interpretar textos e lidar com linguagens audiovisuais (imagem e música).

Pontos negativos em uma e outra etapa do processo dizem respeito às atividades realizadas com fins a avaliação, onde, no primeiro momento houve elaboração e discussão sobre a produção escrita (pudemos discutir como foi a elaboração de conceitos, em que pontos estavam bons e onde precisavam melhorar; a coerência dos textos e a validade dos argumentos), porém, não houve como já exaustivamente mencionado participação significativa da turma nos debates. Num segundo momento, a participação alcançou níveis ideais, extrapolando inclusive o que havia sido previsto no

plano. Devido a este fato, a produção escrita (elaboração de conceitos sobre o que são “*antropofagia e canibalismo*” a partir dos debates realizados durante a aula) e a discussão sobre esta foi prejudicada. De forma que não houve tempo suficiente para começarmos a escrever e terminar na mesma aula os conceitos, tendo que deixá-los para uma aula posterior não enquadrada no planejamento do estágio; gentilmente, a professora regente da turma abriu este espaço em situação posterior para que pudéssemos discutir sobre as produções escritas. Eis o único aspecto que foi alterado no plano de ensino e no planejamento do estágio.

Pudemos sim, ao fim deste segundo momento de aula do estágio mostrar algumas músicas de origem indígena, reunidas e gravadas pela cantora Marlui Miranda em CD (Ihu – todos os sons). Não tínhamos a intenção de explorar as músicas afim de uma análise mais detalhada e conceitual, mas tão somente, promover uma mostra de música originalmente indígena, buscando com isso, estabelecer ligação entre realidades culturais diversas daquelas a que os alunos estão habituados a conviver. O princípio deste procedimento era a apreciação desse material.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar o óbvio talvez seja necessário neste momento, visto as dificuldades que muitos profissionais têm passado no exercício de suas práticas pedagógicas. Falando especialmente da licenciatura em História e da realidade da UFCG, podemos perceber certa carência em relação às questões envolvendo a prática de ensino na medida em que a grade curricular dispõe de poucos e rápidas incursões neste campo; falo do fato de haver somente três disciplinas destinadas ao exercício da docência, excetuando-se a prática de ensino – didática metodologia de ensino e complementação da prática de ensino. Se levarmos ainda em consideração o fato de que o período letivo possui duração de quatro meses, podemos então constatar a carência de habilidades nesta área apresentada por uma parte dos graduandos egressos da UFCG. Tratando-se de uma licenciatura – destinada a formar profissionais para a sala de aula –, este fato chega a parecer um paradoxo. De toda forma, a experiência propiciada pelo estágio supervisionado, embora diminuta, cumpre uma função de aproximar o graduando do seu lócus de trabalho, contribuindo para familiarizá-lo com os eventos e processos da docência.

Entretanto, ainda dispomos de tempo e prática imprestáveis para adquirir as competências básicas para posterior aproveitamento no magistério. Para aqueles que ainda não tiveram a experiência de sala de aula anterior ao estágio torna-se extremamente dificultoso adquirir as habilidades necessárias para lhes garantir confiança quando de uma atividade duradoura no magistério. Estão aí implícitas as sugestões para melhoria do estágio. Aumentar o tempo de duração do estágio, bem como aumentar a carga horária das disciplinas destinadas à prática de ensino; ou ainda reformar a grade curricular das disciplinas específicas de modo a proporcionar maiores e melhores experiências de sala de aula.

A experiência de estágio descrita neste relatório felizmente não sofreu de problemas relativos à adaptação, na medida em que já tenho tido experiências em sala de aula. Entretanto, dificuldades se apresentaram principalmente em relação à disponibilidade de material para utilização nas aulas do estágio: retroprojetor em péssimas condições de uso, papel, lápis, som e os demais materiais discriminados nos planos de aula foram disponibilizados de maneira escassa ou não foram disponibilizados. Por fim, a superlotação da sala de aula contribuiu para dificultar os processos de discussão das atividades desenvolvidas, bem como facilitou/facilita para que alguns alunos se eximam da possibilidade de participar ativamente das atividades do estágio. De toda forma, as atividades previstas nos planos puderam ser desenvolvidas satisfatoriamente sem mais dificuldades; ao contrário, a professora regente, bem como todos os dirigentes da instituição de ensino demonstraram postura colaborativa durante a realização das atividades deste estágio.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBEVILLE, C. D'. 1975 **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**; trad. de S. Milliet, São Paulo, Edusp.
- AGNOLIN, Adone. **Antropofagia ritual e identidade cultural entre os Tupinambá**. *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 45, n. 1, 2002.
- Documentação indigenista e ambiental, 1998. Disponível em: [www.crdf.rnp.br/dia/homedial.html](http://www.crdf.rnp.br/dia/homedial.html).
- INSTITUTO Socioambiental: quadro geral dos povos indígenas do Brasil: disponível em: [www.socioambiental.org/website/pib/portugues/quonqua/quadro.asp](http://www.socioambiental.org/website/pib/portugues/quonqua/quadro.asp). Acesso em: 13 fev 2007.
- MIRANDA, Marlui. **Ihu (todos os sons)** [CD].
- NÓBREGA, Antônio; FREIRE, Wilson. *Chegança*. In: NÓBREGA, Antônio. **Madeira que cupim não rói** [CD]. São Paulo: Estúdios Eldorado, 1997.

---

PARLAMENTO Índio de San Bernardino, 1974. *O Estado de S. Paulo*. SP, 20 out. 1974.  
PARRON, Tamis. *A Festa Canibal dos Tupinambás*. In: **Revista Aventuras na História**, n. 18, Fevereiro/2005.  
STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil**. Trad. Guiomar de Carvalho Franco/transcrito em alemão moderno por Carlos Fouquet. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

---

<sup>i</sup> A antropofagia é um fenômeno imensamente complexo, contendo múltiplos significados, que se aplica à arte, mitologia, política, psicanálise, história cultural e teoria crítica. A expressão canibalismo denota o ato humano de comer carne humana. Sua origem é a palavra canibal, que por sua vez veio de "canibes", a corruptela de "caribes" (termo étnico usado para designar os nativos das ilhas caribenhas) introduzida pelos espanhóis. Os exploradores europeus do século XVI acreditavam que os caribes fossem antropófagos. Muito antes da descoberta do Novo Mundo, evidências de canibalismo já haviam sido amplamente divulgadas. Com efeito, a existência de canibalismo para além da cultura ocidental era uma idéia bastante aceita. As referências sobre homens que devoravam homens indicavam características não-civilizadas de selvagens em terras distantes. Os antropólogos estabeleceram categorias para os vários tipos de antropofagia tais como exofagia, endofagia, autofagia, canibalismo gastronômico, canibalismo ritual ou mágico, e canibalismo de sobrevivência.